

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA Nº 047/2022**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**16/11/2022 (QUARTA-FEIRA) - 17:30 HORAS**

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 147/2022 - THIAGO YAMAMOTO E VEREADORES** - Considera de Utilidade Pública Municipal, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira, mantenedora da ADRA Núcleo de Rio Claro. Processo nº 16147.

2 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 060/2022 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS** - Institui o "SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE", a ser concedido a pessoa jurídica que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente. Parecer Jurídico nº 060/2022 - pela legalidade com ressalva. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 053/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 074/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 096/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 099/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio-Ambiente nº 030/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 109/2022 - pela aprovação. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS.** Processo nº 16048.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 061/2022 - SIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA** - Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública. Parecer Jurídico nº 061/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 051/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 075/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 105/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 100/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 096/2022 - pela aprovação. Processo nº 16049.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 063/2022-A - DIEGO GARCIA GONZALEZ** - PROJETO PARLAMENTO ABERTO À POPULAÇÃO DE RIO CLARO, DE CARÁTER INFORMATIVO E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA, TENDO COMO OBJETIVO A DIVULGAÇÃO E O ESCLARECIMENTO, JUNTO À POPULAÇÃO DE RIO CLARO. Parecer Jurídico nº 063/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 058/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 077/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 097/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 102/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 095/2022 - pela aprovação. Processo nº 16051.

5 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 155/2022 - SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE E VEREADORES** - Dispõe sobre a denominação de "MARIA CLARA DE OLIVEIRA", a área do parque infantil localizado no Parque do Lago Azul. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 155/2022 - pela legalidade. Ofício GPC. nº 1130/2022. Processo nº 16157.

OL

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

6 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 159/2022 - ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA E VEREADORES** - Institui como Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de Rio Claro, os desfiles das escolas de samba realizados no Carnaval de Rio Claro, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 159/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 142/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 139/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 129/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio-Ambiente nº 031/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 115/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 110/2022 - pela aprovação. Processo nº 16162.

## **PROJETOS COM PEDIDO DE VISTA PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:**

**PROJETO DE LEI Nº 01/2018 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Altera dispositivo da Lei Municipal nº 3982, de 01 de outubro de 2009.

**PROJETO DE LEI Nº 085/2019 - PAULO MARCOS GUEDES** - Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o mês "Julho Amarelo", em alusão ao combate das Hepatites Virais.

**PROJETO DE LEI Nº 074/2020 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Denomina de "JUGURTA RICCI", a Quadra Poliesportiva localizada na Rua 25-SE com a Avenida 48-SE, Bairro Jardim Residencial Santa Eliza.

**PROJETO DE LEI Nº 089/2021 - PAULO MARCOS GUEDES** - Denomina de "Profª Aparecida José Carlini Bonilha", a creche localizada na Rua 03-VLA nº 529, Residencial dos Bosques de Rio Claro.

**PROJETO DE LEI Nº 114/2021 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS** - Proíbe o uso de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos, narguilés ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não de tabaco, em parques públicos municipais e nas áreas circundantes aos prédios da rede pública de saúde no Município de Rio Claro.

**PROJETO DE LEI Nº 177/2021 - MOISÉS MENEZES MARQUES** - Considera de Utilidade Pública Municipal, o Projeto Sal da Terra.

**PROJETO DE LEI Nº 062/2022 - LUCIANO FEITOSA DE MELO** - Institui o uso da bengala branca e vermelha como meio adequado para identificar pessoas com surdo-cegueira na Cidade de Rio Claro-SP, e dá outras providências.

\*\*\*\*\*

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 147/2022**

PROCESSO Nº 16147

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

(Considera de Utilidade Pública Municipal, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira, mantenedora da ADRA Núcleo de Rio Claro).

Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira, mantenedora da ADRA Núcleo de Rio Claro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 07/11/2022 -  
Maioria Absoluta.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 060/2022

(Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

Art. 1º - Fica incluído o “Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente”, a ser concedido a pessoa jurídicas, tais como empresas, entidades, instituições e órgãos, privados ou públicos, que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente.

Parágrafo único. O pedido de concessão do Selo referido no caput deste artigo será encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente pela própria pessoa jurídica ou por indicação das atividades realizadas em prol do Meio Ambiente.

Art. 2º - As pessoas jurídicas receberão o referido Selo em virtude de ações relativas à preservação ambiental, tais como:

- I – Criação e manutenção de áreas protegidas;
- II – Recuperação de áreas degradadas
- III – Conservação da flora e da fauna;
- IV – Conservação de recursos hídricos;
- V – Reutilização, reciclagem, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos;
- VI – Substituição de combustíveis fósseis na geração de energia por combustíveis renováveis;
- VII – Educação ambiental;
- VIII – Outras devidamente demonstradas que são benéficas ao meio ambiente.

Art. 3º - A pessoa jurídica que possuir o Selo instituído pela presente Lei poderá utilizá-lo para fins de divulgação.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 10 de maio de 2022.



José Pereira dos Santos  
Vereador PSD  
Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

De início, cabe evidenciar que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está constitucionalmente assegurado na Carta Magna de 1988. Em virtual de ser um direito de terceira geração, não pode ser abolido e muito menos restringido, ainda que por Emenda Constitucional.

Os direitos dessa dimensão não se destinam essencialmente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo em específico ou de um determinado Estado, contudo, têm por primeiro destinatário o gênero humano, sem qualquer distinção.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal posiciona-se na direção do direito à integridade do meio ambiente constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, o qual, por ser um direito de terceira geração, consagra o princípio da solidariedade, assim como faz parte do processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, dado que estão intrinsecamente ligados.

Ainda sob o aspecto constitucional, o jurista Frederico Amado arrazona que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é de cunho formal e material, porquanto além de estar previsto na Constituição, é indispensável para a persecução da dignidade da pessoa humana.

Diante dessa aperta síntese Jurídica, vislumbra-se a essencialidade do direito ao meio ambiente, motivo pelo qual é importante que a Augusta Casa tangencie a temática em seus projetos.

Ademais, sabe-se que para garantir a proteção ao meio ambiente, faz-se mister o engajamento ativo das empresas, as quais dispõem de cursos para auxiliar tal preceito jurídico.

Nesse viés, também é sabido que os consumidores estão cada vez mais cientes sobre a necessidade de salvaguardar a natureza.

Dessa maneira, estão mais informados e exigentes no que tange a matéria, e o Selo concedido por um órgão oficial representa uma vantagem a competição mercadológica, portanto uma "boa imagem ambiental" amplia o número de clientes.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

---

Assim, como objetivo de estimular e reconhecer ações que preservam os sistemas ecológicos, o presente Projeto de Lei institui jurídicas, como empresas, entidades, instituições e órgãos – privados ou públicos – que notoriamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente.

Esta propositura respalda-se em alguns princípios, tais como: consolidação e manutenção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, uso racional dos recursos ambientais; proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade e controle das atividades potencialmente poluidoras.

Ante o exposto, é de suma importância que o Poder Público Municipal zele sobre os aspectos ambientais, a fim de estimular e proporcionar a preservação do complexo plano ecossistêmico. Desse modo, o município como agente garantidor dos direitos da população deve elaborar normativas sobre a matéria. Isto posto, solicito a aprovação da proposta de minha autoria aos ilustre dessa Casa Legislativa.

# Câmara Municipal de Rio Claro

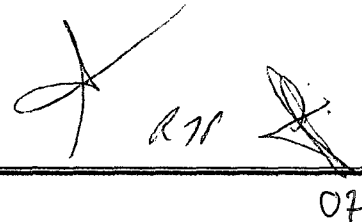
Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 60/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
60/2022 - PROCESSO Nº 16048-366-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 60/2022, de autoria do nobre Vereador José Pereira dos Santos, que institui o “Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



Handwritten signature and initials, likely representing the Procurador Jurídico, located at the bottom right of the page.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso ora analisado, o Projeto de Lei institui o “Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente.

Dessa forma, verificamos que a proposta não encontra qualquer obstáculo regimental ou legal, podendo dar prosseguimento ao seu trâmite, seguindo para análise das Comissões Permanentes da Casa Legislativa.

Todavia, recomendamos a apresentação de uma emenda ao caput do artigo 1º do Projeto de Lei nº 60/2022, substituindo o termo: “Fica incluído” para “Fica instituído”.

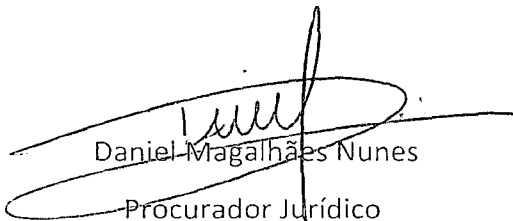


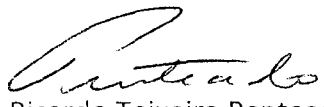
# Câmara Municipal de Rio Claro

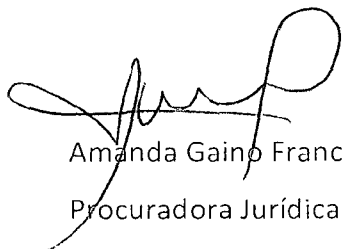
Estado de São Paulo

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade, com a ressalva acima mencionada.**

Rio Claro, 17 de maio de 2022.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 060/2022

PROCESSO Nº 16048-366-22

PARECER Nº 053/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, (Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de maio de 2022.



Pr. **DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
Presidente



**MOISÉS MENEZES MARQUES**  
Relator

**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**  
Membro

CÂMARA SECRETARIA

05 JUL 2022 08:10

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 060/2022

PROCESSO Nº 16048-366-22

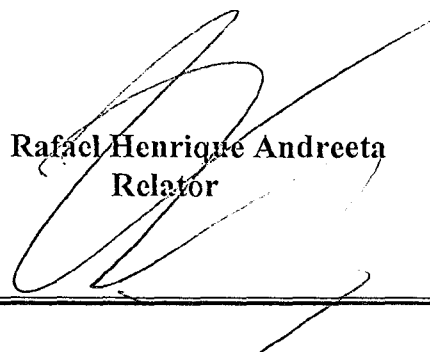
PARECER Nº 074/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, (Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam as ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 04 de julho de 2022.

  
**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente

  
**Rafael Henrique Andreeta**  
Relator

**Sérgio Montenegro Carnevale**  
Membro

CPF: 000.000.000-00

0060/2022 007/S

14

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 060/2022

PROCESSO Nº 16048-366-22

PARECER Nº 096/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, (Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 08 de setembro de 2022.

  
**Thiago Yamamoto**  
Presidente

  
**Irander Augusto Lopes**  
Relator

  
**Rodrigo Aparecido Guedes**  
Membro

REGISTRO Nº 12  
DATA: 08/09/2022

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 060/2022


PROCESSO Nº 16048-366-22

PARECER Nº 099/2022

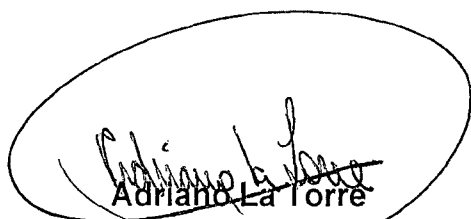
O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, (Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam as ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 19 de setembro de 2022.



Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Presidente



Adriano La Torre  
Relator

Vagner Aparecido Baungartner  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 060/2022


PROCESSO Nº 16048-366-22

PARECER Nº 030/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, (Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam a ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 25 de outubro de 2022.



JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU  
Presidente



ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA  
Relator

CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO  
Membro

Carla de Fátima

Carla de Fátima

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 060/2022

PROCESSO Nº 16048-366-22

PARECER Nº 109/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, (Institui o “SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE” a ser concedido a pessoas jurídicas que reconhecidamente realizam a ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente).

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS**, entende que o Projeto de Lei nº 060/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 10 de novembro de 2022.

  
**Adriano La Torre**  
Presidente

  
**Geraldo Luis de Moraes**  
Relator

  
**Paulo Marcos Guedes**  
Membro

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 60/2022

Emenda do Vereador José Pereira dos Santos ao Projeto de Lei que dispõe sobre o Selo Empresa Amiga do Ambiente a ser concedido a pessoas Jurídicas que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente.

Altera o artigo 1º do referido Projeto de Lei, conforme segue:

"Artigo 1º **Fica instituído** o "Selo Empresa Amigado Meio Ambiente", a ser concedido, a pessoas jurídicas, tais como empresas, entidades, instituições e órgãos, privados ou públicos, que reconhecidamente realizam ações continuadas em prol da proteção e da defesa do Meio Ambiente. "

Rio Claro, 18 de maio de 2022.

  
**José Pereira dos Santos**  
**Presidente Câmara Municipal de Rio Claro**

CÂMARA SECRETARIA

18MAI2022 16:21

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 061/2022

(Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública).

**Art. 1º** - As empresas privadas que vencerem a Licitação Pública Municipal para prestação de serviços ou execução de obra pública, cujo objetivo seja compatível com a utilização de mão de obra básica, deverão efetuar a contratação de egressos (libertos) do sistema prisional.

§ 1º - O número de pessoas a serem admitidas, que se enquadrem nesta Lei, pelas empresas vencedoras das licitações deverá ser equivalente a, no mínimo 1% (um por cento) do pessoal alocado para o cumprimento do contrato.

§ 2º - Em caso da fração ser menor de 1% (um por cento) este numerário deverá ser arredondado para uma pessoa, para empresas acima de 50 funcionários, sendo facultativo quando for inferior a este número.

**Art. 2º** - Esta Lei não se aplica para primeiro emprego ou pessoas que não tenham nenhum registro em carteira.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 10 de maio de 2022.



Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Vereador - União Brasil

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

---

## **JUSTIFICATIVA**

Este Projeto de Lei tem o objetivo de ofertar ajuda aos ex presidiários que desejam ter uma vida digna, com a possibilidade de viver do seu trabalho e abandonar de vez as práticas ilícitas.

Cabe ressaltar que os ex presidiários enfrentam uma grande dificuldade e preconceito quando estão à procura de uma vaga de emprego.

Portanto o objetivo é oportunizar essas pessoas para que não mais retorne à práticas que o levaram a perder sua liberdade.

Diante do exposto solicito o apoio dos ilustres vereadores para a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.

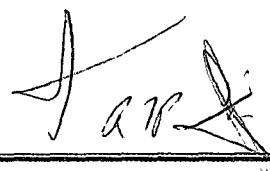
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURIDICO Nº 61/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE  
LEI Nº 61/2022 - PROCESSO Nº 16049-367-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 61/2022, de autoria do nobre Vereador Sivaldo Rodrigues de Oliveira, que dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

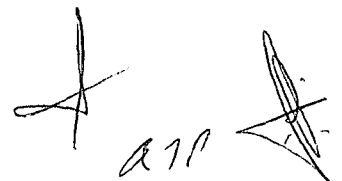
No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso ora analisado, o Projeto de Lei dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública.

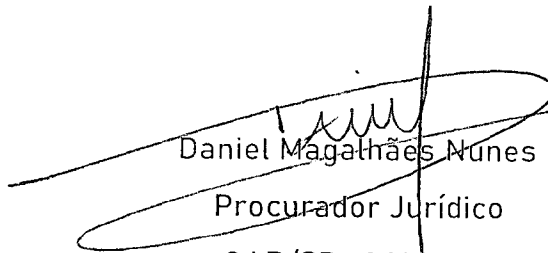
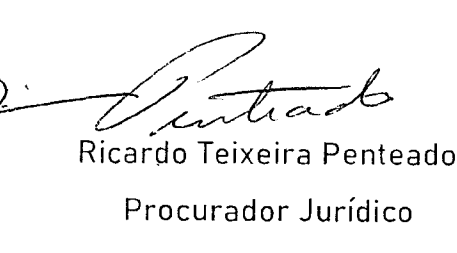
Handwritten signature and initials, possibly reading 'AIP'.

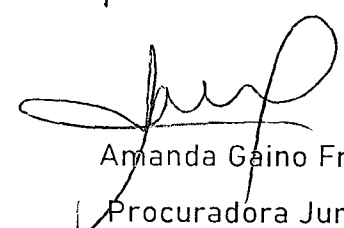
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 17 de maio de 2022.

	
Daniel Magalhães Nunes	Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico	Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437	OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 061/2022

PROCESSO Nº 16049-367-22

PARECER Nº 051/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **SIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, (Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de maio de 2022.



**Pr. DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
Presidente



**MOISES MENEZES MARQUES**

Relator

**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**

Membro

CÂMARA SECRETARIA

05/05/2022 09:10

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 061/2022

PROCESSO Nº 16049-367-22

PARECER Nº 075/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **SIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, (Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 04 de julho de 2022.

  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Presidente

Rafael Henrique Andreetta  
Relator

  
Sérgio Montenegro Carnevale  
Membro

CHAMADA SEQUENCIAL  
0365-12072-10111

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 061/2022

PROCESSO Nº 16049-367-22

PARECER Nº 105/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **SIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, (Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública).

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela Aprovação do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 08 de setembro de 2022.

  
**Thiago Yamamoto**  
Presidente

  
**Irander Augusto Lopes**  
Relator

  
**Rodrigo Aparecido Guedes**  
Membro

2022/09/08 11:00  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 061/2022

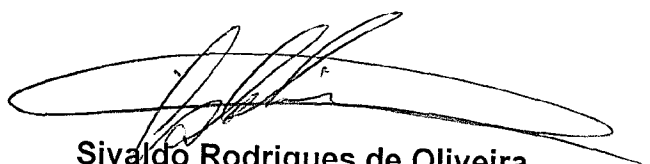
PROCESSO Nº 16049-367-22

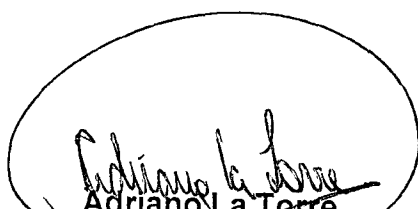
PARECER Nº 100/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **SIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, (Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública).

Esta Comissão acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela Aprovação do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 19 de setembro de 2022.

  
**Sivaldo Rodrigues de Oliveira**  
Presidente

  
**Adriano La Torre**  
Relator

  
**Vagner Aparecido Baungartner**  
Membro

04.11.2022 13:44

CÂMARA MUNICIPAL

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 061/2022


PROCESSO Nº 16049-367-22

PARECER Nº 096/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **SIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, (Dispõe sobre a possibilidade de contratação de egressos (libertos) do sistema prisional pelas empresas vencedoras de Licitação Pública).

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela Aprovação do Projeto de Lei.

Rio Claro, 06 de outubro de 2022.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luis de Moraes  
Relator

Paulo Marcos Guedes  
Membro

2022.10.06  
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 063/2022-A

(PROJETO PARLAMENTO ABERTO A POPULAÇÃO DE RIO CLARO, DE CARÁTER INFORMATIVO E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA, TENDO COMO OBEJETIVO A DIVULGAÇÃO E O ESCLARECIMENTO, JUNTO À POPULAÇÃO DE RIO CLARO).

**Art. 1º** A presente Lei tem como objetivo, o conhecimento do Poder legislativo junto aos cidadãos do Município de Rio Claro, por meio das seguintes atividades:

- I. Levar aos cidadãos do Município de Rio Claro informações sobre as atribuições do Poder Legislativo.
- II. Comparar e esclarecer dúvidas sobre o papel do Legislativo, Executivo e Judiciário;
- III. Explicar o processo de escolha dos Vereadores;
- IV. Esclarecer a importância do Poder Legislativo para a Cidade;
- V. Mostrar de forma didática e prática o funcionamento da Câmara;
- VI. Estimular a formação de uma consciência crítica, estimular a reflexão, ação, criação, opinião, decisão e escolha dos cidadãos.
- VII. Realizar palestras expositivas com fotos e vídeos.
- VIII. Realizar acesso guiado ao site da Câmara de Vereadores.

**Art. 2º** O acesso guiado ao site da Câmara terá por finalidade demonstrar aos cidadãos como encontrar informações relativas a notícias, transparência pública, proposições, leis, história, ouvidoria, canais de comunicação, palestras, cursos, exposições e consistirá em:

- I – Informar aos cidadãos como encontrar proposições referentes aos bairros nomes de ruas, viabilizando a transparência pública;
- II - demonstrar aos cidadãos como funciona a ouvidoria e o e-SIC, viabilizando a transparência pública e a participação popular;
- III – guiar os cidadãos até a Agenda de Eventos, viabilizando a Transparência pública e a participação popular;
- IV – guiar os cidadãos nas redes sociais da Câmara como Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, viabilizando a participação Popular.

**Art. 3º** A presente Lei busca o acolhimento e integração de todas as pessoas, inclusive com os mais diversos tipos de deficiência e mobilidade reduzida, entre elas, os obesos e os idosos, apresentando soluções para que qualquer cidadão se sinta realmente incluído nas atividades legislativas.

**Art. 4º** Para o planejamento e execução das ações prevista nesta Lei será constituída uma comissão interna composta por servidores de carreira e comissionados para a realização dos trabalhos de apresentação do poder legislativo a população.

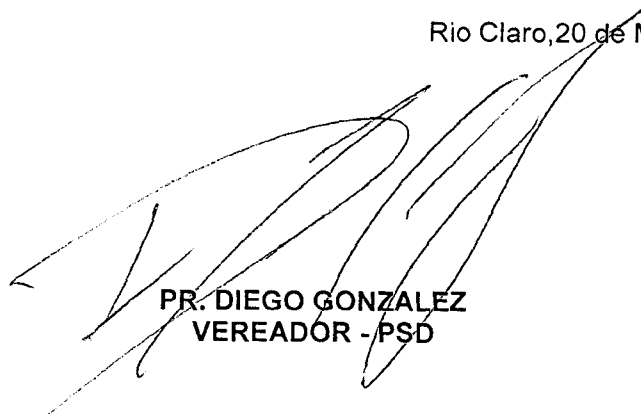
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**Art.5º** As despesas de correntes desta Lei serão suportadas pelas receitas próprias do Poder Legislativo.

**Art.6º** A presente Lei entra vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 20 de Maio 2022.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several sweeping, overlapping strokes.

PR. DIEGO GONZALEZ  
VEREADOR - PSD

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 63/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI  
SUBSTITUTIVO Nº 63/2022-A - PROCESSO Nº 16051-369-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei Substitutivo nº 63/2022-A, de autoria do nobre Vereador Diego Garcia Gonzalez, que dispõe sobre o Projeto Parlamento Aberto a população de Rio Claro, de caráter informativo e educativo para o exercício da cidadania, tendo como objetivo a divulgação e o esclarecimento junto a população de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

 29

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo



No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado dispõe sobre o Projeto Parlamento Aberto a população de Rio Claro, de caráter informativo e educativo para o exercício da cidadania, tendo como objetivo a divulgação e o esclarecimento junto a população de Rio Claro.

  
21/01/2018   
30